

O PAPEL DO MICROCRÉDITO NA AGENDA DE INCLUSÃO FINANCEIRA DO BRASIL

*Luiza Berto de Lima
Vilma Meurer Sela*

RESUMO

A Agenda de Inclusão Financeira no Brasil visa à promoção da inclusão financeira da população de menor renda, por meio de várias ações e programas governamentais que promovem o acesso e o uso dos serviços financeiros. Dentre estas ações e programas destaca-se o microcrédito, crédito demandado pelo público normalmente excluído do sistema financeiro tradicional, em especial o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Nesse contexto, a presente pesquisa teve por objetivo descrever o papel do microcrédito na Agenda de Inclusão Financeira brasileira. O presente estudo foi caracterizado como uma pesquisa descritiva-qualitativa, na qual a coleta de dados se deu por meio da pesquisa documental. A Análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo. Os resultados obtidos trouxeram a compreensão dos efeitos do microcrédito para o desenvolvimento social e econômico dos indivíduos e do país.

Palavras-chave: Microcrédito. Inclusão Financeira. Agenda de Inclusão Financeira. PNMPO. Desenvolvimento socioeconômico.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão financeira proporciona a inserção de pessoas de baixa renda ao universo de negócios ligados direta ou indiretamente às finanças e pode ser definida como um processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo para a sua qualidade de vida (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011; FEBRABAN, 2014).

A Agenda de Inclusão Financeira brasileira visa à promoção da inclusão financeira da população de menor renda, por meio de várias ações e programas governamentais que promovem o acesso (Correspondentes Bancários, Instituições de Microfinanças, dentre outros canais) e o uso dos serviços financeiros (Contas simplificadas, Instrumentos de Crédito, Instrumentos de Pagamento, dentre outros).

Os Instrumentos de Crédito apresentam papel de destaque na agenda brasileira, haja vista que o acesso ao crédito tem se mostrado como um eficaz instrumento, tanto de desenvolvimento econômico quanto de inclusão financeira. Duas modalidades de crédito têm destaque especial, em vista da relevância para a inclusão financeira: o microcrédito (foco do presente projeto de pesquisa) e o crédito rural.

O crédito demandado pelo público normalmente excluído do sistema financeiro tradicional possui características próprias e passou a ser mundialmente denominado microcrédito. Apesar de não existir consenso acerca da definição de microcrédito, este é entendido como o crédito de pequena quantia, concedido a microempreendedores, e que será pago fundamentalmente com o resultado de seus empreendimentos (GONZALEZ, et. al., 2010). Ademais, o microcrédito utiliza-se de metodologia de contato de proximidade com o tomador, com vistas a avaliar sua capacidade de pagamento e acompanhamento do empréstimo (FEBRABAN, 2014; GONZALEZ, 2008).

O microcrédito, tanto no Brasil como no mundo, caracteriza-se pela adoção de maneiras inovadoras de conceder crédito (GONZALEZ, et. al., 2010). Dentre as inovações, os autores destacam o mecanismo de empréstimos em grupo e o papel do agente de crédito. Os empréstimos em grupo visam reduzir o risco associado à falta de garantia, uma vez que o público-alvo, de maneira geral, não tem como oferecer contrapartidas, sob forma de ativos, pelos empréstimos. Sendo assim, o grupo representa uma forma de garantia solidária, apoiada nas diversas formas de vínculo (capital social) existentes entre os tomadores. Já o agente de crédito é o responsável pelo relacionamento entre a instituição e o tomador, com o qual há um constante contato e monitoramento.

Diante da importância do microcrédito para a inclusão financeira e, conseqüentemente, para o desenvolvimento socioeconômico, a presente pesquisa tem por objetivo descrever o papel do microcrédito na Agenda de Inclusão Financeira brasileira. Especificamente a pesquisa se propôs a: (1) estudar o surgimento do microcrédito e a sua importância no contexto socioeconômico; (2) pesquisar sobre a inclusão financeira (em nível nacional e internacional) e a Agenda de Inclusão Financeira no Brasil; (3) identificar a contribuição do microcrédito na Agenda de Inclusão Financeira do país e (4) Identificar de que maneira o microcrédito e a inclusão financeira influenciam no desenvolvimento socioeconômico do país.

Além desta presente introdução, a pesquisa conta com outras quatro seções. A segunda seção apresenta a abordagem teórica e conceitual do tema que fundamentou a pesquisa. Esta revisão literária compreende o surgimento do microcrédito e a sua importância tanto no âmbito econômico quanto no social, além de trazer contribuições a respeito da inclusão financeira e da Agenda de Inclusão Financeira no Brasil. Na terceira seção são apontados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, bem como os materiais e métodos empregados na coleta e análise dos dados. Posteriormente, na quarta seção, apresenta-se a análise dos dados que identificam as contribuições do microcrédito na Agenda de Inclusão Financeira. Ademais, esta seção apresenta como o microcrédito e a inclusão financeira contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do país. E, para finalizar, na quinta seção são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O PAPEL DO MICROCRÉDITO NA INCLUSÃO FINANCEIRA

Segundo Sela (2017), o microcrédito é caracterizado como empréstimos de pequena quantia realizados a população normalmente excluída do sistema financeiro tradicional, para que assim possa se estimular o empreendedorismo e as microempresas. O surgimento do microcrédito pode ser identificado em várias localidades do mundo. Foram inúmeros os casos verificados, mas alguns obtiveram um maior destaque. Em 1976, o microcrédito mudou a realidade de muitas pessoas em um dos países mais pobres do mundo, Bangladesh. Após realizar uma análise ao redor da universidade onde trabalhava, o professor Muhammed Yunus verificou que as pessoas viviam à beira da miséria e se encontravam sempre endividadas (MONZONI NETO, 2006).

O professor, ao realizar uma experiência, emprestou às pessoas o dinheiro e exigiu que lhe fosse pago apenas quando possuísem condições para isso. O experimento obteve êxito e teve como consequência a criação do Grammen Bank, em 1976, o qual trabalha de modo diferenciado, tendo por base dois pilares. O primeiro é o aval solidário, onde é formado grupo de cinco pessoas, na qual uma se responsabiliza pelo empréstimo do seu próximo e assim sucessivamente. O outro pilar é o acompanhamento por um agente de crédito dos empréstimos realizados, para que o investimento possa ser verificado e orientado pelos mesmos (BARONE et al., 2002; MONZONI NETO, 2006).

De acordo com Neri (2008), o microcrédito possui essa importância, visto que abre muitos caminhos capazes de proporcionar oportunidades a todos aqueles que buscam condições melhores de vida e que tem o sonho do próprio negócio, mas que não possuem recursos e nem conhecimento suficiente para realizar a abertura de uma microempresa.

O microcrédito contribui para o aumento do número de empreendedores ao financiar o trabalho autônomo dos indivíduos, principalmente daqueles que não possuem acesso aos meios tradicionais de prestação de serviços financeiros. A proposta é retirar os menos favorecidos da zona de riscos e incertezas, fornecendo educação, empréstimos e aquisição de bens (LAVINAS, L.; MARTINS, P., 2012).

Barone et al. (2002) apontam que o fato do microcrédito financiar novos empreendedores, faz com que ele exerça um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico do Brasil, pois é por meio da geração de empregos e de receita que as pessoas são retiradas do ócio, o rendimento das microempresas são impulsionados e os microempreendedores podem obter capital de giro para si e para movimentar a economia do país.

Todas as iniciativas trazem como resultado a redução da carência de capital e a ampliação das condições de bem-estar para os indivíduos de baixa renda. Essa qualidade de vida inclui melhorias nas moradias, na saúde e alimentação dos beneficiados. Ademais, proporciona o acesso aos meios tradicionais de educação e o consumo de produtos de nível elevado, o que contribui para um estado emocional estável, o que constitui a dignidade do indivíduo e traz o sentimento de pertencimento a sociedade como um todo. Ou seja, é o microcrédito possibilitando a inclusão financeira e conseqüentemente o desenvolvimento socioeconômico do país. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002; LACERDA, 2013)

Segundo Estrella (2008), o microcrédito atua também como um elemento redutor da desigualdade de oportunidade, propiciando o aumento do capital, o que transforma os fracos

negócios informais em potenciais negócios formais. Derrubam-se assim os obstáculos que impedem as pequenas empresas de expandir devido à falta de acesso ao crédito.

O microcrédito apresenta-se como peça fundamental para que a inclusão financeira dos indivíduos aconteça, é por meio de todos esses benefícios apresentados que se torna capaz de fomentar essa inclusão, que acontece não apenas no âmbito financeiro, mas também no social, proporcionando uma elevação no desenvolvimento socioeconômico do país (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011; SELA, 2017).

Dentre os produtos de microfinanças que abarcam a agenda de inclusão financeira no Brasil, o microcrédito é o mais conhecido e difundido. Por meio da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, foi instituído o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Esse programa chegou com dois objetivos primordiais, o de disseminar entre os pequenos empresários a ideia de proporcionar trabalho e renda, e o de fornecer meios efetivos para que o microcrédito produtivo orientado pudesse se realizar (BRAGA, 2011; MONZONI NETO, 2006).

Quando se usa o termo produtivo, a ideia é de que ele seja de uso exclusivo de atividades rentáveis e orientado refere-se ao fato de esse crédito concedido ser acompanhado em todos os seus processos. O programa oferta vários meios para a capacitação dos tomadores de empréstimos, para que o produto ou serviço ofertado seja de qualidade (BRAGA, 2011; MONZONI NETO, 2006).

O crédito oferecido por esse programa tem como fator relevante o baixo valor, é ofertado tanto por instituições públicas como privadas e podem ter acesso a esse recurso os microempreendedores formais e informais, para que possam produzir capital de giro e investimentos. Esse programa é capaz de proporcionar a inclusão social dos indivíduos que não possuem acesso aos meios tradicionais de crédito. (MONZONI NETO, 2006)

É possível realizar uma análise do microcrédito em vários âmbitos, entre eles a viabilização do acesso ao crédito, o que o torna oportuno aos micro empreendimentos. Para esse grupo conseguir capital é uma tarefa ainda mais difícil do que para aqueles que se encontram inseridos no sistema financeiro tradicional. Ao disponibilizar crédito para esses pequenos empreendedores, torna possível gerar recursos para si e para a nação, o que torna o microcrédito uma das ferramentas mais importantes das políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento e inclusão dos indivíduos (BARONE et al., 2002).

O microcrédito é a principal ferramenta utilizada para a promoção da inclusão financeira que se ocupa da diminuição da pobreza e da desigualdade entre as classes, ou seja, diminui o

contraste entre as rendas, o que traz muitos benefícios em relação à inclusão social e financeira da população menos favorecida (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Vários são os programas e iniciativas que compõem a Agenda de Inclusão Financeira do Brasil e que, de fato, promovem a inclusão dos indivíduos (e empreendimentos de pequeno porte). Dentre os programas e iniciativas, o microcrédito é o principal instrumento da agenda, proporcionando melhorias de cunho social e financeiro em nível individual e, também, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da localidade na qual o tomador do microcrédito está atuando.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo descritivo-qualitativo. Diferente da pesquisa quantitativa, que se distancia para produzir o conhecimento por meio da representatividade, a pesquisa qualitativa se aproxima do objeto para analisar em profundidade. São simplesmente diferentes em termos de objetivo de pesquisa. O pesquisador é considerado parte integrante do processo de conhecimento. Ele interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado (GIL, 2008). A pesquisa de cunho qualitativo envolve a “[...] obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p. 58). A pesquisa qualitativa assume características descritivas, envolvendo a pesquisa documental e bibliográfica e a pesquisa de campo, definida pela coleta de dados *in loco*, gerando dados para estudo das hipóteses.

A coleta de dados se deu de forma indireta, realizada por meio da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre determinado assunto, permitindo o reforço na análise ou na manipulação dos dados (LAKATOS & MARCONI, 2003). Na pesquisa em tela, a pesquisa bibliográfica auxiliou na compreensão dos temas que delinearão o estudo – inclusão financeira e microcrédito.

A pesquisa documental, segundo os autores, é aquela na qual a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, constituindo o que se denomina de fontes primárias. A pesquisa documental foi realizada por meio de relatórios trimestrais e anuais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), disponibilizados em seu website. Os relatórios apresentam informações

relacionadas ao programa, a partir do ano de sua criação (2005). Em seus primórdios, os relatórios eram pouco detalhados. Apresentavam apenas dados gerais. Porém, com o desenvolver do programa, passou-se a realizar, a partir de 2009, relatórios mais aprofundados, com uma segmentação em gênero, situação jurídica, ramos de atividade, finalidade de crédito, distribuição geográfica e constituição jurídica. A partir do contato com a ouvidoria do Ministério foi possível conseguir informações que se encontravam ausentes nos relatórios e também valores mais atualizados, sendo possível utilizar os dados dos relatórios de 2005 a 2017.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Segundo Bardin (1979, p. 42), a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. A análise de conteúdo busca realizar o tratamento dos conteúdos veiculados por meio de documentos escritos, como também por meio de outras formas de expressão, como imagens, sons, mapas, símbolos. Quanto à organização da análise de conteúdo, Bardin (1979, p. 95) preconiza que esta requer técnicas para a sua clareza e objetividade; e enumera três etapas básicas, as quais orientaram os procedimentos de análise desta investigação, conforme delineado a seguir: (1) pré-análise; (2) exploração do material; (3) o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação. A análise de conteúdo permitiu realizar uma inferência entre os dados e os conceitos teóricos abordados, ou seja, entre as informações disponibilizadas nos relatórios e a revisão bibliográfica elaborada anteriormente, o que possibilitou o entendimento das características e da performance do objeto de estudo. A análise da evolução do microcrédito pôde ser realizada desde o seu surgimento, em 2005, até o último relatório disponível em 2017, já as características dos clientes puderam ser analisadas a partir de 2009, visto que foi quando os relatórios passaram a ser mais detalhados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção foi realizada a apresentação e análise dos dados obtidos por meio de relatórios do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, referente aos anos de 2005 a 2017. Na primeira etapa tem-se a apresentação de dados gerais que mostram a evolução do microcrédito. Em um segundo momento, foram abordadas as características dos clientes que utilizam o microcrédito produtivo orientado, segmentadas por gênero, situação jurídica, ramo

da atividade, finalidade do crédito e distribuição geográfica. Ao longo da seção, apresenta-se a importância do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo orientado, bem como o seu papel na Agenda de Inclusão Financeira do país.

4.1 EVOLUÇÃO DO MICROCRÉDITO

Tendo em vista as melhorias que o microcrédito pode proporcionar, em 2005 foi criado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, alterado pela Lei 13.636, de 20 de março de 2018 e coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esse programa foi criado com o objetivo de fazer com que o crédito orientado pudesse chegar ao alcance dos micros e pequenos empreendimentos e também para que fosse um incentivo à formalização dos negócios, além de promover trabalho e renda (BRAGA, 2011; MONZONI NETO, 2006; MDS, 2019).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Programa oferta o microcrédito a taxas de juros mais baixas do que usualmente utilizadas no mercado, com um menor prazo para o pagamento e menor burocracia na obtenção de crédito. O recurso concedido pode ser utilizado como capital de giro ou investimento. Atualmente, o Programa pode ser encontrado em todas as regiões do país, ofertado por bancos públicos e privados, cooperativas de crédito e organizações do terceiro setor que se encontram regularmente inscritas no MTE.

O Programa possui os seguintes objetivos gerais: incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional para a prestação de serviços aos empreendedores populares (MTE, 2018).

Desde o ano de sua criação, o MTE apresenta relatórios sobre o Programa. A partir dos dados disponibilizados nos relatórios, é possível visualizar uma alavancagem surpreendente do programa, ano após ano, uma vez que apresenta um crescimento significativo no número de operações realizadas e no valor de crédito concedido pelo programa, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Execução Histórica Consolidada do PNMPO – 2005 a 2017

Ano			Valor Concedido	
------------	--	--	------------------------	--

	Número de Operações Realizadas	Variação Anual		Número de Clientes Atendidos
2005	632.106	-	338.789.945,28	-
2006	828.847	31,12%	515.325.563,15	-
2007	962.942	21,22%	737.633.358,75	-
2008	1.280.680	32,99%	3.028.311.115,92	1.430.097
2009	1.620.656	26,55%	3.620.727.053,21	1.654.186
2010	1.966.718	21,35%	4.488.115.368,16	2.071.607
2011	2.576.559	31,01%	5.761.258.770,63	2.674.157
2012	3.814.781	48,06%	8.620.128.678,68	3.953.406
2013	5.713.091	49,76%	12.681.328.919,61	5.664.941
2014	5.667.287	-0,80%	13.767.209.554,90	5.552.080
2015	5.201.992	-8,21%	12.359.966.047,07	5.200.781
2016	4.699.476	-9,66%	9.263.808.769,72	2.514.576
2017	4.300.728	-8,48%	8.644.549.201,73	2.248.981
TOTAL	39.265.863,00		83.827.152.346,81	32.964.812

Fonte: Elaborado com base no Relatório do PNMPO de 2012 e 2017.

*NOTA: Os valores referentes a 2005, 2006 e 2007 não se encontram atualizados.

Como foi apresentado no relatório, os valores mostram a evolução do microcrédito ao longo dos anos desde o seu surgimento, o que ressalta ainda mais a importância do microcrédito para o país. Esse aumento ocorreu durante o governo Lula (2003-2011), como fora prometido em sua campanha (SELA, 2017) e também nos três primeiros anos de governo de sua sucessora Dilma (2011-2016), isso devido ao seu caráter de governo assistencialista. No entanto, a partir do ano de 2014 inicia-se uma ligeira queda no número de operações realizadas (-0,80%), queda esta que se acentua nos anos seguintes, mantendo, em 2017, basicamente o mesmo valor concedido em 2012.

Mesmo diante do panorama de queda no número de operações e número de clientes a partir de 2014 e queda nos valores concedidos, a partir de 2015, é possível notar a relevância do microcrédito para o país, uma vez que recursos disponibilizados são injetados na economia, o que leva a um aumento no número de empresas e consequentemente na elevação dos empregos e da renda, trazendo inúmeros benefícios à economia do país (MTE, 2017).

Com essa significativa alavancagem do microcrédito, tem-se uma maior oferta de oportunidades aos indivíduos que estão dispostos a trabalhar em prol da abertura do próprio negócio e conseguir para si melhores meios de vida (NERI, 2008). Com o aumento do número de clientes atendidos tem-se, segundo Lavinias e Martins (2012), uma elevação na quantidade de empreendedores, pois através do microcrédito é possível financiar o trabalho autônomo dos indivíduos que não possuem acesso aos serviços financeiros tradicionais, fornecendo a eles também educação, empréstimos e aquisição de bens.

Com a elevação do número de atendimentos aos clientes e, conseqüentemente, uma maior quantidade de contratos, surgem novos empreendedores, o que exterioriza ainda mais a relevância do microcrédito para o Brasil, visto que com a abertura dos novos negócios tem-se uma maior geração de empregos e de capital, retirando os indivíduos da inatividade e alavancando o rendimento das micro e pequenas empresas, o que faz com que as mesmas gerem capital de giro para si próprios e para o país, promovendo assim o desenvolvimento socioeconômico (BARONE et al., 2002).

Segundo o Banco Central do Brasil (2002) e Lacerda (2013), outro fator resultante dessa evolução do microcrédito é a redução da deficiência de capital e o aumento do bem-estar dos indivíduos que se encontram na linha da pobreza. Essa ampliação na qualidade de vida traz melhoria nas moradias, na saúde, alimentação, um maior acesso à educação e ao consumo, o que faz do indivíduo um ser íntegro e com um estado emocional regular.

Com o aumento na concessão dos empréstimos, tem-se uma elevação das contribuições promovidas pelo desenvolvimento financeiro, o que traz melhorias para o desenvolvimento econômico. Ou seja, observa-se um aumento do capital de giro disponível no mercado e um maior acesso das pessoas aos meios de crédito (BARGER, 1998 apud CAÇADOR, 2014 p. 1479).

O aumento na quantidade de clientes atendidos e no número de contratos firmados é a razão pela qual se tem um crescimento econômico das regiões pobres, possibilitando a igualdade no desenvolvimento, a inclusão socioeconômica, uma melhor qualidade de vida e um aumento do mercado consumidor (CAÇADOR, 2014; ESTRELLA, 2008).

A evolução positiva do microcrédito observada nos números apresentados nos relatórios mostra a capacidade do microcrédito de promover a inclusão financeira, por meio de todas as vantagens apresentadas. Essa alavancagem não ocorre apenas no âmbito financeiro, mas também no social, aumentando o desenvolvimento socioeconômico do país (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011; SELA, 2017).

Com essa impulsão do microcrédito tem-se a certeza de que a inclusão financeira também está em progresso, visto que o microcrédito é uma das principais ferramentas que promove o acesso e o uso dos serviços financeiros por todos os indivíduos, impulsionando múltiplos setores da economia e obtendo um retorno de maior lucratividade para as empresas e melhores condições financeiras aos indivíduos. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015; SELA, 2017).

4.2 SEGMENTAÇÃO DE CLIENTES ATENDIDOS PELO PNMPO

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado engloba microempreendedores populares, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, que estejam empreendendo um negócio produtivo de pequeno porte e com uma renda bruta anual de até R\$ 120 mil. Faz-se o uso de um método onde tem-se o relacionamento direto com o micro ou pequeno empreendedor estando presente no local onde a atividade econômica é realizada (MTE, 2017).

Para que se tenha uma maior organização, a coordenação do programa realiza em seus relatórios várias segmentações dos clientes, entre elas está o gênero do cliente, a sua situação jurídica, o ramo de sua atividade e a finalidade do crédito a ser disponibilizado.

Os dados mostraram que as mulheres representam 64,46% dos clientes atendidos ao longo desses anos, enquanto que os homens representaram 35,54% deste total, o que revela a forte atuação das mulheres como sendo o principal público atendido. A mesma situação se repete no montante do valor concedido, 61,16% para as mulheres em comparação a 38,84% para os homens. Os dados revelam que o montante negociado pelas mulheres é menor que o dos homens, tendo em vista que as mulheres representam 64,46% dos clientes atendidos, mas representam 61,16% em termos de valores concedidos (o valor médio dos contratos negociados pelas mulheres foi de R\$1.844,00 e de R\$2.124,00 pelos homens).

O fato de as mulheres serem maioria dos clientes possui uma importância significativa, pois proporciona o empoderamento feminino e abre caminhos para a igualdade de direitos e conseqüentemente uma maior liberdade. Esse empoderamento envolve tanto o meio econômico quanto o social, proporcionando uma melhor qualidade de vida às mulheres e suas famílias, o que inclui melhores moradias, alimentação, saúde e educação (MAYOUX, 2005; 2010 apud MOREIRA, 2016).

Pitt e Khandker (1998 apud MOREIRA, 2016) puderam concluir em suas pesquisas que o crédito concedido a essas mulheres empreendedoras, reflete na elevação da receita da família e em uma melhor escolaridade dos filhos. Além disso, Yunus (2000) pôde comprovar em uma de suas experiências que mulheres são melhores pagadoras do que os clientes do sexo masculino e possuem também um maior comprometimento com a renda obtida, investindo na família e não em gastos pessoais.

Os clientes também são separados de acordo com a sua situação jurídica e foi possível identificar que a grande maioria dos clientes atendidos se encontra na informalidade, 99,63%, contra apenas 0,37% que estão no meio formal. Os dados surpreendem ao mostrar que 99,63%

dos clientes atendidos são responsáveis por 59,07% dos recursos negociados, mostrando que o empreendedor informal tem acesso a pequenos montantes de crédito (valor médio de R\$ 1.152,00 por contrato), que dificilmente conseguiria por meio do sistema financeiro tradicional (CLAESSENS, 2006 apud SELA, 2017).

Diante deste cenário observa-se que o microcrédito reduz a desigualdade de oportunidade existente por meio da oferta de crédito, pois exclui as possíveis barreiras que impedem um empreendimento, mesmo que informal, de existir, fomentando assim os micros e pequenos negócios, transformando os informais em potenciais negócios formais (ESTRELLA, 2008). Diferentemente dos dados encontrados nessa pesquisa, em seus estudos, Neri e Giovanini (2005, p. 667) identificaram que 55% do crédito eram obtidos pelos negócios formais, e que 45% dos clientes se encontravam na informalidade. Perante essa situação, nota-se que ao longo dos anos, o microcrédito vem realizando o seu papel de inclusão financeira, visto que fornece crédito aos desprovidos de formalidade e que não possuem acesso aos meios tradicionais, eliminando os quesitos que impedem a abertura de um empreendimento e incentivando a sua formalização.

O relatório apresenta, também, o número de clientes e o valor do crédito concedido a cada setor de atividade. Observa-se que o setor de comércio possui o maior número de clientes atendidos (25,57%), representando 54,51% do valor concedido. O setor de serviços representa 24,55% dos clientes, com uma representatividade de apenas 8,91% dos valores concedidos. Indústria (6,66%) e agricultura (0,55%) apresentam pouca representatividade em termos de clientes atendidos, embora a indústria apresente uma maior representatividade em termos de valores concedidos (21,18%). O relatório apresenta, ainda, a opção outros, que representa 42,67% dos clientes atendidos, representando 15,01% dos valores concedidos. Os dados mostram que o crédito demandado pelo setor de serviços é de uma quantia menor (valor médio de R\$831,02 por cliente) que o crédito demandado pelas indústrias (R\$7.281,756 de valor médio por cliente). Esses dados mostram a importância do microcrédito para os pequenos negócios, geralmente informais. O fato de atender a múltiplos setores de atividade mostra que o microcrédito é capaz de exercer influência nos locais aonde se faz presente e deste modo contribuir para o progresso dos indivíduos, tanto na sua inclusão financeira quanto no meio social e auxiliar também no desenvolvimento socioeconômico do país.

Os dados também demonstram a finalidade do crédito concedido aos clientes atendidos e o valor ofertado. 88,90% dos clientes atendidos buscaram o microcrédito como um meio para realizar a composição/recomposição do seu capital de giro e conseqüentemente possui a maior parcela dos valores concedidos (83,10%). Para a finalidade de investimento, 8,47% dos clientes

atendidos estavam em busca de capital para alavancar o seu empreendimento. E por fim, 2,63% dos recursos foram concedidos para a finalidade mista, ou seja, os clientes que utilizaram o microcrédito tanto para capital de giro quanto para investimento.

Com relação à distribuição geográfica do volume de crédito, a maior concentração de clientes atendidos e valor concedido se encontra na região nordeste, mais precisamente no estado do Ceará, região em que ainda se concentra a maior exclusão financeira e social.

O microcrédito, ao fornecer crédito aos micro e pequenos empreendedores, permite que os mesmos possam realizar inúmeros eventos entre eles a melhoria de seus produtos/serviços, melhorias em seus negócios, o que traz melhores condições a si e aos indivíduos ao seu redor, além de proporcionar evoluções à economia do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste estudo foi descrever o papel exercido pelo microcrédito na Agenda de Inclusão Financeira brasileira, levando em consideração os dados do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Por meio do PNMPO pode-se concluir que o microcrédito tem como principal objetivo disponibilizar crédito aos micros e pequenos empreendedores que não possuem acesso aos meios tradicionais de prestação de serviços financeiros, tendo como efeito, uma significativa atuação no desenvolvimento socioeconômico de seus clientes e da localidade em que se encontra presente. Essa relevância resultou em uma fonte de inspiração para a realização deste estudo.

Após examinar as principais características e os dados dos relatórios do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, observou-se que o mesmo tem como base ofertar microcrédito produtivo orientado aos micros e pequenos empreendedores, que normalmente não possuem acesso aos meios formais de obtenção de crédito e nem a outros programas com o mesmo intuito.

Diante de todas as evidências verificadas na pesquisa, conclui-se que o microcrédito é um instrumento de extrema relevância para a diminuição da pobreza, geração de trabalho e renda, bem como para o surgimento e o desenvolvimento de micros e pequenos empreendedores, o que proporciona uma inclusão social e financeira dos indivíduos e alavanca no âmbito socioeconômico do país.

Verificada a importância e a influência exercida pelo microcrédito no desenvolvimento social e econômico dos indivíduos e do país, estudos e pesquisas na área serão muito bem vindos, visto que ainda há necessidade de se investigar maneiras de aprimorar o programa e torná-lo mais eficiente, além de analisar o impacto que os benefícios que o microcrédito apresenta aos tomadores do crédito.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2010). **Relatório de Inclusão Financeira**. n. 1. 2010. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/relatorio_inclusao_financeira.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2011). **Relatório de Inclusão Financeira**. n. 2. 2011. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2011.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). **Relatório de Inclusão Financeira**. n. 3. 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2015.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A-A (BNB). Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BRAGA, Thaiz Silveira. **Programa público de microcrédito produtivo orientado: uma avaliação da eficácia do CrediAmigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito**. 2011. 169 f. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em: <<http://mds.gov.br/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-produtiva-urbana-1/empreendedor/microcredito-produtivo/microcredito>> Acesso em: 09 jan. 2019.

BRASIL. Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (MDA). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em: <<http://mte.gov.br/pnmpo>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CAÇADOR, Sávio Bertochi. Impactos socioeconômicos do microcrédito: o caso do Nossocrédito no Espírito Santo. **Revista Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 6, nov/dez, 2014.

ESTRELLA, Juliana. **O efeito do microcrédito como uma política de redução de desigualdade de oportunidade e melhoria de bem-estar**. 2008. 234 f. Tese (doutorado em ciência política) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

FEBRABAN. Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária, 2014. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%20E1ria%20-%202014%20%282%29.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

FEBRABAN. **Bancarização e inclusão financeira no Brasil**. Congresso Latino Americano de Inclusão Financeira. Julho, 2011.

FÓRUM DO BANCO CENTRAL SOBRE INCLUSÃO FINANCEIRA, 6., 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: BCB, 2014. Disponível em: <https://inclusaofinanceira.bcb.gov.br/>. Acesso em: 29 out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GONZALEZ, Lauro. Caminhos para a Inclusão Financeira. **Gvexecutivo**. v.16, n.3, mai/jun. 2017.

GONZALEZ, Lauro; PIZA, Caio Toledo; GARCIA; Daniel Bruno. Sinergia entre microsseguro e microcrédito e o crescimento dos mercados no Brasil. **Revista Brasileira de Risco e Seguro**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 45-84, out. 2009/mar. 2010.

GONZALEZ, Lauro; DRIUSSO, Marcelo. Inovações no microcrédito. **Gvexecutivo**. v. 7, n. 3, maio/jun. 2008.

LACERDA, Julia Alves. **MICROCRÉDITO: uma alavanca para o desenvolvimento de micro empreendimentos e uma ferramenta para o desenvolvimento econômico e social**. 2013. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVINAS, L.; MARTINS, P. Empreendedorismo, Microcrédito e Superação da Miséria no Brasil: pontos de debate. **Revista Econômica**, Niterói, v. 14, n. 2, p. 85-113, dez. 2012.

MATTEI, Lauro; SILVA, Roniel Antonio da. **O papel do microcrédito no ambiente local: evidências a partir do programa Banco da Família**. s/d.

MONZONI NETO, Mario Prestes. **Impacto em renda do microcrédito**: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. 2006. 194 f. Tese (Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOREIRA, Nathalia Carvalho. **Microcrédito e Empoderamento de Mulheres**: o caso do Banco Popular Crédito Solidário. 2016. 110 f. Tese (Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2016.

NERI, Marcelo. **Microcrédito o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: Perfil e performance dos clientes do CREDIAMIGO**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NERI, M. C., GIOVANINI, F. S.; Negócios Nancicos, Garantias e Acesso a Crédito. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, vol. 9, nº 03, p. 644-669, 2005.

PEREIRA, Jaiane Aparecida; SOUZA, Leandro Henrique de. Empreendedorismo e Microcrédito Produtivo Orientado: Um Estudo sobre o Programa Crescer. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 18, p. 119-139, jan./dez. 2017.

SELA, Vilma Meurer. **A atuação dos atores no processo de formação da agenda de inclusão financeira no Brasil**. 2017. 228 f. Tese (Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2017.

YUNUS, M.; JOLIS, A. O Banqueiro dos Pobres. São Paulo: Ática, 2000.